**Programa da Reconstrução**

**SEINFRA-AL**

**Objetivos:**

1. Construção de 17.747 unidades habitacionais, em 19 municípios alagoanos, para atender as famílias que tiveram suas casas destruídas pela catástrofe decorrente das enchentes ocorridas nos rios Paraíba e Mundaú, em junho de 2010 no Estado.
2. Construção de pontes, estradas e equipamentos comunitários (escolas, unidades básicas de saúde, bibliotecas, CRAS e CREAS). Recuperação do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e rede de distribuição de energia elétrica.
3. Reassentamento da totalidade das famílias afetadas para áreas seguras e sustentáveis, garantindo-lhes a melhoria da qualidade de vida e inclusão social, através do acesso à educação, saúde, cultura, comércio, serviços, lazer e infraestrutura básica.

**Beneficiários diretos: 17.747 mil famílias**

As enchentes ocorridas em junho de 2010 no Estado de Alagoas, deixaram um saldo de 17.747 (dezessete mil, setecentos e quarenta e sete) famílias desabrigadas, obrigadas a presenciar, impotentes, não somente a destruição das suas moradias, pertences e documentos, mas, com a dor da perda de familiares. A gravidade da situação extrapolou os limites do humano e do racional. A natureza mostrou sua força e poder da forma mais cruel, atingindo gravemente as populações vulneráveis que habitavam as áreas mais frágeis, de risco e sujeitas a inundações. Esse retrato foi apresentado ao Brasil e ao mundo, nos noticiários, sob espanto “tragédia nunca vista”.

Diante da catástrofe mencionada, e da anormalidade identificada em 19 municípios do Estado, foi decretada “Situação de Emergência” e “Estado de Calamidade Pública”. Nos três municípios onde a destruição ocorreu em grandes proporções foi necessário um novo planejamento urbano que reconstituísse praticamente toda a cidade, como o caso de Branquinha, Santana do Mundaú e Quebrangulo, municípios próximos à capital, duramente castigados.

Logo após as enchentes, as famílias desabrigadas foram levadas para abrigos provisórios – escolas públicas e ginásios – ou alojadas em barracas de lona, armadas como acampamentos, onde se instalou banheiros, cozinhas, energia elétrica e fornecimento de água, coletivos.

A falta de um banco de terras disponível, para atender a demanda “emergencial” foi um dos grandes desafios para a reconstrução das 17.747 unidades habitacionais.

Para uma maior agilidade no processo, o Governo do Estado, criou um *Comitê de* *Análise e Aprovação de Projeto*, com caráter interinstitucional o que tornou possível a contratação de 32 empreendimentos, nos 19 municípios, em um exíguo espaço de tempo.

* **O PROGRAMA - PROGRAMA DA RECONSTRUÇÃO**
1. Critérios para a identificação de áreas para a reconstrução das moradias:

-áreas ambientalmente seguras

-áreas no perímetro urbano

-áreas de fácil acesso

1. Critérios para elaboração dos Projetos Urbanos:

-Municípios com destruição de até 2000 casas

-Municípios com destruição entre 2000 e 5000 casas

-Municípios com quase 100% de destruição (casas e centro administrativo)

1. **Os Projetos:**

A unidade habitacional:

Foram desenvolvidos projetos diversificados, com áreas de construção de, aproximadamente 41,00m², composto de sala, 02 quartos, banheiro e cozinha e, para 3% das unidades, de cada empreendimento, projetos adaptados para PNE - Portadores de Necessidades Especiais, com aproximadamente 55,00m².

 Os Projetos Urbanos:

Municípios com destruição de até 2000 casas: Empreendimentos dotados de toda infraestrutura, áreas para equipamentos comunitários e áreas de lazer.

Municípios com destruição entre 2000 e 5000 casas: Foram projetados novos bairros, com empreendimentos dotados de toda infraestrutura, áreas para equipamentos comunitários, áreas de lazer, lotes comerciais e vias duplas.

Municípios com quase 100% de destruição: Nesses casos foram projetadas novas cidades, dotadas de toda infraestrutura, áreas para equipamentos comunitários, áreas de lazer, lotes comerciais, vias duplas e centro administrativo.